



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

## **PROJETO DE LEI Nº       , DE 2020**

Altera o art. 337-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para elevar a pena do crime de corrupção ativa em transação comercial internacional.



SF/20796.58042-00

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 337-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, passa a vigor com a seguinte redação:

**"Art. 337-B.** .....

.....

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

.....” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

O Brasil assinou recentemente o Protocolo ao Acordo de Comércio e Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, relacionado a regras comerciais e de transparência.

Em seu conteúdo, o Protocolo tece importantes considerações sobre os efeitos deletérios do crime de corrupção para a lisura das transações comerciais internacionais, determinando aos países signatários a obrigação de criar medidas legislativas contundentes para prevenir e combater a



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

corrupção em quaisquer matérias que afetem o comércio e o investimento internacionais.

Compulsando o ordenamento jurídico brasileiro, contudo, observou-se uma importante falha sistêmica quanto ao tema. Com efeito, os crimes dos tipos de corrupção passiva e ativa (arts. 317 e 333 do Código Penal) cometidos por funcionários públicos e agentes particulares brasileiros são reprimidos de forma mais grave do que o crime de corrupção ativa em transação comercial internacional (art. 337-B do mesmo Código).

Desse modo, entendemos pertinente com os compromissos firmados no referido Protocolo – de contundente repressão às condutas corruptas em quaisquer matérias que afetem o comércio e o investimento internacionais – que o tipo penal do art. 337-B seja alterado para que passe a prever a pena da corrupção passiva do art. 317 (2 a 12 anos de reclusão).

Pelo exposto, submetemos o presente Projeto de Lei à necessária apreciação de nossos ilustres Pares.

Sala das Sessões,

Senador **MARCOS DO VAL**



SF/20796.58042-00